

Brasil: na contramão da globalização a partir das relações Sul-Sul

Anderson Matias Cardozo¹

Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda²

Resumo

O objetivo do presente artigo é refletir os aspectos da globalização, levando em conta o novo posicionamento da política externa brasileira. Uma inflexão que marca uma política voltada para as parcerias com países do eixo Sul, configurando uma estratégia de contra-hegemonia frente às grandes potências. Portanto, essas ações visam equilibrar um sistema que historicamente foi marcado por desigualdades, e a partir das relações Sul-Sul se tem a possibilidade de materializar os interesses de países que neste início de século XXI emergem como centros de poder em diferentes regiões, com um crescente peso no sistema internacional. E neste sentido, ações coletivas entre si aumentam seu poder de barganha e influencia em nível global.

Palavras-chave: Contra-Hegemonia; Brasil; Relações Sul-Sul.

Introdução

Este início de século XXI se caracteriza pela intensificação das relações entre nações, num processo que prega convergências, padronizando ideias e estilo de vida. Aspecto, que conhecemos como globalização. Como identifica Ignacy Sachs:

A globalização que é frequentemente apresentada como uma panaceia capaz de resolver todos os problemas dos países em desenvolvimento, um jogo de resultado positivo e sem sofrimento, tornado possível pela implementação de reformas liberais, como, por exemplo, pela abertura e desregulamentação da economia e pela subordinação de todas as outras considerações à busca de competitividade em mercados mundiais (SACHS, 1997, p. 68).

¹Cientista Social pela UFPE e mestrando em Relações Internacionais pela UEPB. Contato: decardo06@hotmail.com

²Mestrando em Relações Internacionais pela UEPB. Graduando em Direito pela UFPB. Contato: jan_marcell@hotmail.com

Constrói-se a ilusão de que a globalização faz parte de um processo evolutivo da sociedade, cabendo-nos uma adaptação para a extração de seus benefícios, compatíveis com a dimensão da nossa abertura e interação com outros povos.

Portanto, nas três últimas décadas, a interação transnacional tem se intensificado dramaticamente, do sistema de produção e transferências financeiras à disseminação de conhecimento ou informação. Um fenômeno multifacetado em dimensões econômica, social, política, cultural e religiosa, tudo interligado em um processo complexo (SANTOS, 2006). A ideia de globalização como algo linear, fenômeno irresistível de homogeneização, é hoje prevaiente e tende a ser ainda mais à medida que tem como base discursos científicos e políticos transportados para as práticas cotidianas de praticamente todas as sociedades (*idem*).

Uma das maiores transformações da globalização é a compressão do tempo e do espaço, ou melhor, o processo social pelo qual os fenômenos se aceleram e estão espalhados por todo o mundo. Dessa forma,

(...)a globalização tem influenciado a reorganização dos sistemas políticos e econômicos mundiais, aprofundando a internacionalização da produção, impondo uma cultura uniforme com traços ocidentais e determinando as formas de inserção das distintas regiões do planeta (PINTO, 2000, p. 14).

Transformações estruturais de uma realidade, capaz de “plantar” no pensamento humano uma forma de sociabilidade totalmente nova, pautada no consumismo e na busca por interesses particulares, em detrimento de questões coletivas.

No processo de globalização assiste-se ao aumento das desigualdades e ao desmonte do tecido social, incluindo o etnocídio, reforçado cotidianamente principalmente pelas mídias. Tal objetivo despreza as tradições e a realidade daqueles países que fazem parte da periferia do sistema. Como destaca Boaventura de Sousa Santos, a globalização cria posições de dominadores e dominados, mascarada na construção de valores universais. No entanto, o que chamamos de globalização é sempre globalização bem sucedida de um localismo. Em outras palavras, não existem as condições globais nas quais encontrar raízes locais (SANTOS, 2006).

Neste sentido, falar em ações contra-hegemônicas que visem não reproduzir uma forma de interação desigual e discriminatória, é lançar mão de mecanismos de

abrangência global que possibilitem emergir novos intercâmbios, que levem em conta as preocupações e interesses daqueles que historicamente foram desfavorecidos diante desses relacionamentos globalizantes que envolvem as grandes potências. No caso aqui explicitado, tratamos do Brasil, tendo como análise de sua contra-hegemonia as parcerias com países do chamado eixo Sul, que se encontram na periferia do sistema internacional. Particularidade focados nos governos de Lula, investigamos interações que levam em conta aspectos que vão além do econômico, envolvendo uma troca sociocultural entre nações que compartilham da experiência de serem ex-colônias e com graves problemas estruturais.

Governo Lula: inflexão na postura internacional

Na prática, o processo de globalização se mostra bem contraditório, evidenciando que sua dinâmica beneficia uma minoria de pessoas, deixando de fora uma parcela cada vez mais crescente da população mundial. É necessário que haja uma mudança no paradigma de desenvolvimento, ou seja, que não se gere exclusão social, desemprego e danos ao meio ambiente. (SACHS, 1997).

A onda neoliberal que invadiu a América Latina na década de 1990 trouxe mudanças econômicas, políticas e sociais para a região, afetando diretamente a realidade de muitas pessoas. No entanto, a política exterior se manteve fiel ao condicionante econômico nos governos de Fernando Henrique Cardoso. Os rumos observados apenas no governo Lula, quando apresentado ao mundo uma nova postura do Brasil, que não deixou de ter críticas e resistências. Conforme Mota Veiga e Sandra Polónia Rios (2010, p. 4):

Destas mudanças, talvez a mais relevante seja a que aponta para a emergência de um “condicionante político”, que subordina aos seus objetivos e métodos a lógica pragmática do “economicismo” histórico da estratégia externa do Brasil. Muitas vezes sem explicitar claramente suas motivações, a política externa de Lula traz para o centro do debate a questão dos valores políticos que orientam nossas iniciativas e alianças no cenário internacional.

Essa nova postura brasileira frente às questões exógenas é um divisor de águas na história de sua política externa, trazendo consigo novas oportunidades e ao mesmo tempo, inéditos desafios, o que coloca uma nova realidade para o país neste início de

século XXI. Com a emergência de alguns setores, surge a necessidade de expansão para além das fronteiras. Em outras palavras,

(...)a partir da década de 90 há uma evolução econômica no Brasil, propiciando a emergência de interesses e visões menos defensivas em relação à perspectiva de integração internacional do Brasil, tanto no setor privado quanto em órgãos públicos (*idem*, p. 6).

Baseado nesta inflexão paradigmática, uma aproximação mais estreita com países do Sul é primordial para ampliar o raio de ação dos setores brasileiros sedentos por mercado e novos espaços geográficos. Portanto,

(...)sob o argumento de que o dinamismo no comércio internacional encontra-se nos países em desenvolvimento e que as possibilidades de crescimento dos fluxos comerciais com os países do Norte já estão esgotadas, novas frentes negociadoras têm sido lançadas, tanto dentro da América do Sul quanto com países de outras regiões (*idem*, p. 10).

Essa aproximação Sul-Sul reflete uma convergência de interesses daqueles países que ao longo da história foram excluídos dos processos decisórios internacionais. Uma voz que passa a ser fortalecida mundialmente, que no caso do Brasil lhe confere um acréscimo de poder na arena política internacional, fortalecendo sua imagem de liderança regional é dada pelo governo de Lula. Enfim,

O governo Lula amplia o grau de ambição da política externa, buscando maior protagonismo político nos foros internacionais. Impõe assim uma mudança relevante na relação de funcionalidades entre as dimensões política e econômica da estratégia externa brasileira em comparação com o período anterior (*idem*, p. 7).

Países como África do Sul e Índia, percebidos como “potências regionais”, condição que lhes atestam uma relevância internacional adicional, são vistos pelo Brasil como parceiros primordiais em seu processo de política externa, uma vez que apresentam “características comuns” (SOARES DE LIMA, 2010). Sendo assim, essas alianças estratégicas com nações emergentes do Sul, que abarca novas oportunidades comerciais e de investimento, são ao mesmo tempo, uma iniciativa contra-hegemônica frente aos interesses dos Estados Unidos e Europa no tocante às questões econômicas e comerciais (DOPCKE, 2003).

Reconhecendo a reduzida capacidade individual dos países do Sul em questões multilaterais, é com base em ações coletivas onde se consegue um maior poder de barganha e influência nos organismos internacionais (SOARES DE LIMA, 2010). Ao mesmo tempo, essas alianças estratégicas com os países emergentes do Sul representam para o país uma política de diversificação, não se tratando de um rompimento das relações econômicas e comerciais tradicionais (DOPCKE, 2003). Nesta mesma linha de pensamento, Joana Laura Marinho Nogueira (2008), enfatiza os ganhos absolutos que poderão ser obtidos pelos países membros dessas alianças do eixo Sul:

O governo Lula privilegia as relações com o eixo do sul sob dois aspectos. Primeiro para multiplicar as parcerias comerciais do país, diversificando as possibilidades de cooperação e ganhos econômicos e comerciais. O segundo aspecto está relacionado ao fato de que estas alianças possibilitam alterações no contexto decisório do sistema internacional, ou seja, a partir da união política dos países com interesses comuns, resultados mais favoráveis a todos poderão ser obtidos (p. 2).

Mais que um aumento nas trocas comerciais, as Parcerias Sul-Sul possibilitam maiores ganhos internacionais, não de forma relativa, e sim em termos absolutos para os participantes, situação entendida como um diferencial em se tratando de alianças, uma vez que não privilegia o Estado mais forte.

Neste sentido, o caminho que o Brasil traça atualmente é, de fato, ancorado numa maior sensibilidade perante as relações de poder presentes nas relações internacionais. Preocupação em alterar uma estrutura que sempre foi fundada em assimetrias entre Norte (países ricos) e Sul (países pobres), lançando mão de uma interpretação de desenvolvimento que foge dos parâmetros convencionais. Compreensão de uma nova perspectiva, percebida em Boaventura de Souza Santos (2004, p. 9), quando afirma:

A perspectiva pós-colonial parte da ideia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis. Daí o interesse desta perspectiva pela geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto o produz e para quem o produz.

Isso demonstra uma ruptura do paradigma do conhecimento, evidenciando a emergência de novos saberes que vão além do que é pregado no eixo ocidental das grandes potências.

Parcerias Sul-Sul: reação contra-hegemônica

As relações Sul-Sul se configuram como sendo a emergência de um novo paradigma. Novo no sentido de potencializar relações que até então tinham um caráter secundário. Lançando luz sobre um saber que leva em conta a experiência da realidade local, materializada em ações que buscam atender aos interesses das regiões que historicamente são marginalizadas. Para Nunes e Oliveira (2006):

O processo de constituição de coalizões internacionais tem ocupado papel central na dinâmica das negociações multilaterais e regionais de comércio, particularmente no que tange às perspectivas de reequilíbrio de forças centro-periferia no sistema internacional (p. 465-466).

Além de que:

A reabertura de uma nova rodada de negociações multilaterais no âmbito de OMC, justamente com foco nos novos desafios temáticos sobre comércio internacional e caminhos para o desenvolvimento, reintroduz a centralidade do papel das coalizões das alianças Sul-Sul (*idem*, p. 466).

Sob a ótica das relações Brasil-África, embora a intensidade das suas relações comerciais de longe não ser àquela percebida em 1985 quando vieram 13% das importações brasileiras da África e o continente absorvia quase 8% das exportações brasileiras, estes poucos países da África Austral (mais Nigéria) ocupam um lugar importante no que tange a estratégia do Brasil de diversificação dos seus parceiros comerciais. A África do Sul, além de individualmente ser o principal parceiro econômico do Brasil no continente africano, absorvendo 26% das exportações brasileiras para o continente, está no grupo de países emergentes que tentam coordenar e harmonizar a articulação dos seus interesses nas negociações do regime comercial mundial.

Vale ressaltar que: “a sistemática promoção destas alianças multidimensionais com nações emergentes do sul talvez represente o momento mais inovador da política externa do governo Lula” (DOPCKE, 2003, n.d.). No caso específico da África, é neste mesmo governo brasileiro onde se observa a retomada de aproximação, agora, muito mais intensa em seus aspectos econômicos e políticos (CASTRO, 2011).

O relacionamento Brasil-África data de muito tempo, no entanto, marcado por períodos de discontinuidades, principalmente na ditadura militar brasileira, onde tais

relações tinham como caráter aspectos instrumentais. Situação que pouco mudou na década de 1990, tendo em vista a opção do Brasil em estreitar suas parcerias com seus aliados mais tradicionais, como Estados Unidos e Europa, que trouxe limitações de manobras e autonomia no cenário internacional (*idem*).

A partir do governo Lula, um novo direcionamento é conferido ao continente africano, com a concretização de alianças e aumento no número de parceiros. Marina Scotelaro de Castro (*idem*) destaca que:

É neste contexto de incipiência e necessidade de aproximação que o governo Lula assume o desafio de revalorização do continente africano, que no início do século vinte e um inaugurou uma fase de prosperidade que tem se verificado até os dias atuais, o que torna a África um destino repleto de oportunidades (p. 1-2).

E reforça seu pensamento (*idem*) quando diz que:

O país dispendeu largos investimentos diplomáticos no continente, com a reabertura e inauguração de postos diplomáticos como consulados, representações e embaixadas, como consequência do interesse nacional de estar “fisicamente” presente nos países africanos. Em números, o presidente Lula visitou 39 dos 53 países africanos durante seus dois mandatos, alguns mais do que uma vez. Atualmente, todos esses países possuem embaixadas brasileiras, diferente de quando em 2002, essas estavam presentes em 16 (p. 2).

Isso mostra que a posição brasileira em relação aos seus parceiros do Sul vai muito além do discurso, ou seja, ações concretas fixam cada vez mais a interação entre eles, o que prova a envergadura desse novo posicionamento político brasileiro.

O nascimento de uma fase de maior aproximação no eixo Sul pode ser vista também entre Brasil e Irã, país que desenvolve um processo de profundo engajamento nas relações Sul-Sul, percebido pelo Brasil como uma oportunidade de obtenção de ganhos que se estendem para diversos segmentos, principalmente pelo fato do Irã representar uma posição de liderança no Oriente Médio. Apoio que pode ser ampliado para uma reforma do Conselho de Segurança da ONU e dos organismos internacionais no que tange as questões comerciais, financeiras e ambientais (SILVA, 2010).

Nesta via política alternativa que emerge do Sul, uma aliança emblemática pode ser vista no Fórum IBAS, entre Brasil, Índia e África do Sul. Assim:

Este acordo trilateral, não somente visa articular uma postura coordenada nos órgãos multilaterais, mas também cooperação no campo econômico, tecnológico, social e de saúde, bem como a intensificação dos laços comerciais. (DOPCKE, 2003, p. 30).

Com a tendência do Pós-Guerra Fria para uma maior regionalização nas relações internacionais, países emergentes ganharam destaque e, hoje possuem crescente influência na arena internacional. No caso do Fórum IBAS:

(...)não se enquadra no escopo de uma integração regional já que suas atividades não se mantêm especificamente no âmbito de uma região geográfica, mas demonstra uma nova tendência política na esfera internacional (RODRIGUES, 2009, p. 4).

Representando um novo momento de inserção internacional brasileira, a estratégia de alianças Sul-Sul surge como uma política mais afirmativa e incisiva na consecução de sua agenda (SCOTELARO DE CASTRO, 2011). Forma de cooperação bem peculiar, que vem representando ganhos importantes para o país, onde fica mais claro na descrição de Marina Scotelaro de Castro (2011):

O tipo de cooperação estabelecida é predominantemente técnica (transferência de tecnologia), diferente dos antigos padrões das grandes potências, que infligiam uma série de condicionalidades para empréstimos e financiamentos. Tal “horizontalidade” garante ao Brasil uma imagem positiva no cenário internacional o que viabiliza por outras fontes para ganhos materiais e políticos (p. 3).

Uma imagem positiva do Brasil que ganha reforço ao perdoar dívidas de países menores. No entanto:

O altruísmo não existe puramente no sistema de Estados, mas este viés solidário tem sido amplamente utilizado pela diplomacia brasileira para projetar-se internacionalmente de forma diferenciada e com objetivos universalistas (idem, p. 4).

Ao observarmos a parceria Brasil-Índia no G-20, vemos que:

(...)demanda uma explicação que vá, simultaneamente, no sentido de uma compreensão mais profunda e sistemática dos interesses econômicos de ambos os países e de outros interesses, para além das questões comerciais. (NUNES DE OLIVEIRA, ONUKI e OLIVEIRA, 2006, p. 466).

Sob a liderança no G-20 comercial, o Brasil lança mão de sua estratégia ofensiva nas questões comerciais, o que “reflete a instrumentalidade desses novos interesses ofensivos para atender aos também novos objetivos da política externa” (RIOS e VEIGA, 2010, n.d.). Uma postura proativa brasileira traz consigo uma ampliação no raio de atuação de suas empresas transnacionais (ibidem).

As relações Sul-Sul, além de se apresentarem como uma mudança estrutural do período multipolar do pós-guerra fria, “coincide” com a inflexão da política externa brasileira, que coloca em destaque “a visão de que um dos fatores decisivos para a maior influencia do Brasil no cenário internacional é o seu papel de liderança entre os países em desenvolvimento” (ibidem), trazendo à tona o viés político em suas ações, ao mesmo tempo em que se verifica uma mudança estrutural na economia do país, o que traz novas oportunidades e desafios, colocando o Brasil como mais um ator relevante no cenário internacional neste início de século XXI.

É com base nessas relações que assistimos a uma reconfiguração das relações de poder, evidenciada a partir das ações e uma voz mais ativa daqueles países que antes se curvavam frente aos interesses das grandes potências. Papel que não se limita ao Estado, principalmente quando observamos a variedade de atores envolvidos.

Tal como chama atenção Boaventura de Souza Santos, ganha destaque o cosmopolitismo insurgente, em outras palavras, há uma resistência transnacional organizada contra as trocas desiguais produzidas pela globalização, através da ligação entre organizações locais e globais e movimentos sociais que representam os grupos excluídos pela globalização, em que se aproveitam as possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial em transição para lutar por uma realidade mais igualitária (SANTOS, 2006). Pensamento compartilhado por Randeria, que observa na associação das ONGs, movimentos de base como igualmente importantes na mobilização de conhecimentos divergentes para formular leis e políticas populares alternativas, a partir da utilização de diversas normas oriundas de diferentes fontes (RANDERIA, 2003,). Análise semelhante faz Henrique Altemani de Oliveira, quando enfatiza que:

(...)em adequação ao atual momento conjuntural das relações internacionais, o que se busca é a formação de uma frente, entendida como um processo de Cooperação Sul-Sul, para discussão e defesa

conjunta de interesses relativamente mútuos entre esses países ante aos desenvolvidos. (2005, p. 263).

Vislumbra-se na configuração das coalizões Sul-Sul a “incorporação de uma identidade coletiva de nações que fazem uma contraposição, ou seja, percepção de não-pertencimento do grupo dos países do Norte desenvolvido” (NUNES DE OLIVEIRA, ONUKI e OLIVEIRA, 2006, p. 478).

Uma relação de poder, presente nas relações internacionais - e de forma tão desigual -, que visa reproduzir uma estrutura totalmente favorável aos países centrais, deixando à margem do sistema as demais nações. Como forma de legitimar essa desigualdade, verificamos uma interpretação de mundo com saberes gerais, que acaba marginalizando as experiências dos países da periferia do sistema. Neste sentido, notamos o papel do Brasil em romper com esse paradigma. A reativação dos saberes locais contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto destas genealogias desordenadas e fragmentárias. Genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-lo capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico (FOUCAULT, 1998).

Percebemos nas relações brasileiras com o eixo Sul uma nova abordagem, que traz à tona uma diretriz que tem como parâmetro, ações e pensamentos que partem daqueles que historicamente foram (e são) marginalizados, buscando fomentar novos núcleos de poder e resistência.

Sendo assim, percebemos nas formações dessas coalizões, “preferências estratégicas não-utilitárias onde prevalecem as preferências políticas e afinidades ideológicas” (NUNES DE OLIVEIRA, ONUKI e OLIVEIRA, 2006, p. 471). Uma reação da periferia diante das diferenças que sempre se perpetuaram entre Norte e Sul. Nas palavras de Boaventura de Souza Santos (2004, p. 6):

O meu apelo a aprender com o Sul (entendendo o Sul como uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo) significava precisamente o objetivo de reinventar a emancipação social indo mais além da teoria crítica produzida no Norte e da práxis social e política que ela subscrevera.

Neste caso, é produzir um saber que tem como matriz o olhar daqueles que convivem cotidianamente com o subdesenvolvimento e com a exploração dos países centrais. Uma visão que tem como base um empirismo nas questões mais adversas e desumanas, mostrando que as análises e a construção de conhecimento vindo de fora são, no mínimo, superficiais e limitadas.

Este cenário inicial do século XXI trás à tona esta nova dicotomia de poder, tendo nas coalizões Sul-Sul o ponto de vista contra-hegemônico. A partir de apropriações das ferramentas da globalização, como as complexas possibilidades de interação transnacional, tem-se a força para combater seus efeitos mais perversos e preservar os interesses da periferia. Enfim,

Trata-se de uma perspectiva alternativa, de uma insurreição de um ponto de vista, antes de tudo, contra os efeitos de poder centralizadores que estão conectados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade internacional (FOUCAULT, 1998, p. 97).

Conclusão

Tal cenário internacional, principalmente no que se refere ao pós-guerra fria, apresenta novos polos de poder e, ao mesmo tempo, “novas” percepções da política internacional. Como destacado por Foucault (1998), há uma insurreição dos saberes locais, que transportado para o caso brasileiro, está imbricado em sua crescente relevância econômica e política internacional. Portanto, a globalização em sua capacidade de “abrir fronteiras”, levar ideias e comportamentos a um número cada vez mais extenso de sociedades, também acaba por fornecer as mesmas ferramentas de comunicação e conhecimento para aqueles que estão na contramão desse processo. Recursos também presentes para aqueles que ousam adaptar a globalização em moldes mais igualitários, com a possibilidade de difusão de um pensar em nível global, evidenciando que existe um saber que vai além daqueles propagados pelos países centrais e, neste sentido, o Brasil pode ser paradigmático nesta via alternativa de conhecimento e posicionamento na esfera internacional.

Referências

DOPCKE, Wolfgang. Lula na África: a política africana e a cooperação sul-sul. **Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**. N. 38/39. 2003. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/4270/3579> acesso em 14 de janeiro de 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

NOGUEIRA, Joana Laura Marinho. A inflexão da política externa brasileira para o Sul e o Fórum IBAS. **Conjuntura Internacional**, PUC Minas, 2008. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20080710140105.pdf acesso em 16 de janeiro de 2012.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel de. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 2, julho/dezembro de 2006, pp. 465-504. Disponível em: http://www.fffch.usp.br/dcp/assets/docs/Janina/Artigo_Contexto_-_Janina.PDF acesso em 16 de janeiro de 2012.

PELUSO RODRIGUES DA SILVA, Daniel. A política externa do governo Lula: entre a ideologia e o pragmatismo. **Conjuntura Internacional**, PUC Minas, 2010. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20100416121707.pdf?PHPSESSID=37a411c5f65ae815b5458f5abb1eea57 acesso em 17 de janeiro de 2012.

RIOS, Sandra Polónia; VEIGA, Pedro da Motta. A Política Externa Brasileira sob Lula: o fim do “Consenso de Brasília”? **CEBRI Artigos**. Vol. 3, Ano V, 2010. Disponível em: http://www.cebri.com.br/midia/documentos/cebri_artigo_pmv_ok.pdf acesso em 22 de janeiro de 2012.

OLIVEIRA, H. A.. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva. 2005.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. O “jeito” asiático face à globalização. Meridiano 47. **Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**. 2000. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/viewFile/4760/3993> acesso em 23 de janeiro de 2012.

RANDERIA, Shalini. Pluralismo jurídico, soberania fraturada e direitos de cidadania diferenciais: instituições internacionais, movimentos sociais e Estado pós-colonial na Índia. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RODRIGUES, Rúbia. Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novas Parcerias. **Conjuntura Internacional**, PUC Minas, 2009. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20091117134204.pdf acesso em 24 de janeiro de 2012.

SACHS, Ignacy. Brasil e Índia: Duas Baleias no Oceano Global. In: GUIMARÃES, S. P. (Org.). **Estratégias: Índia e Brasil**. Brasília, IPRI, 1997, pp. 67-78.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Rev. Bras. Polít. Int.** 48 (1), 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf> acesso em 26 de janeiro de 2012.

CASTRO, Marina Scotelaro de. A política externa brasileira para África: a inflexão do governo Lula. **Conjuntura Internacional**, PUC Minas, 2011. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20110629143730.pdf?PHPSESSID=6639374fa11926e0d1f13e468e246346 acesso em 03 de fevereiro de 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e outro**. Conferencia de abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16 a 18 de Setembro de 2004. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf acesso em 05 de fevereiro de 2012.

_____. **Globalization: Theory, Culture & Society**. 2006. Disponível em: <http://tcs.sagepub.com/cgi/content/abstract/23/2-3/393> acesso em 05 de outubro de 2011.

Recebido em Abril de 2012.

Publicado em Julho de 2012.